

COM BASE NO EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2025



VIANA-ES

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - ESPÍRITO SANTO

PROFESSOR PEB II ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática Aplicada
- ▶ Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Didático-Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital,
com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





VIANA-ES

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - ESPÍRITO SANTO

**PROFESSOR PEB II -
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**

EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2025

CÓD: OP-002DZ-25
7908403584802

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Compreensão e interpretação de textos	9
2.	Figuras.....	12
3.	Coesão e coerência	16
4.	Tipologia e gênero textual	17
5.	Significação das palavras; Semântica e estilística; Denotação e conotação.....	21
6.	Emprego das classes de palavras	24
7.	Sintaxe da oração e do período	31
8.	Pontuação	36
9.	Concordância verbal e nominal	37
10.	Regência verbal e nominal.....	39
11.	Estudo da crase	40
12.	Conhecimentos de elaboração de correspondências, protocolos circulares e ofícios.....	41

Matemática Aplicada

1.	Números e operações: cálculo aritmético, porcentagens, acréscimos e descontos	61
2.	Álgebra e funções	66
3.	Proporcionalidade, grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais	80
4.	Sequências	81
5.	Grandezas e medidas: áreas e perímetros de figuras planas	83
6.	Probabilidade e estatística: tratamento da informação, leitura e representação da informação em gráficos, tabelas e pictogramas e medidas de tendência central	95

Legislação Municipal

1.	Lei Orgânica do Município de Viana/ES	113
2.	Lei nº 3.492, de 15 de outubro de 2025 - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público do Município de Viana/ES	138
3.	Lei Complementar nº 1.648, de 30 de julho de 2003 - Estatuto do Magistério Público do Município e Viana/ES	145

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

1.	Fundamentos da educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea.....	159
2.	Principais aspectos históricos da educação brasileira.....	165
3.	Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira: as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica	167
4.	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	174
5.	Lei Federal nº 9394/1996 e alterações posteriores	214
6.	Parâmetros Curriculares Nacionais	233

ÍNDICE

1.	Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica.....	244
2.	Constituição Federal de 1988 - Cap. III	287
3.	Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da educação básica.....	291
4.	Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos) para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento.....	292
5.	Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias avaliação	294
6.	Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo	296
7.	A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	297
8.	Curriculum e cultura	299
9.	Conteúdos curriculares e aprendizagem.....	302
10.	Projetos de trabalho	305
11.	Interdisciplinaridade e contextualização	308
12.	Multiculturalismo.....	310
13.	A escola e o Projeto Político-Pedagógico (PPP).....	313
14.	O espaço da sala de aula como ambiente interativo	315
15.	A atuação do professor mediador e a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento	316
16.	Planejamento e gestão educacional	321
17.	Gestão da aprendizagem	324
18.	Professor: formação e profissão	332
19.	A pesquisa na prática docente	334
20.	A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas	337
21.	As concepções de aprendizagem aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas.....	338
22.	Principais teorias e práticas na educação	341
23.	As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. Contribuições de Piaget, Vygotsky.....	346
24.	Temas contemporâneos: bullying	356
25.	O papel da escola.....	357
26.	A escolha da profissão	358
27.	Transtornos alimentares na adolescência.....	358
28.	Família.....	359
29.	Escolhas sexuais	360
30.	A valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais.....	362

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos

Professor PEB II - Ensino Fundamental Anos Iniciais

1.	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	369
2.	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	369
3.	Construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola: concepção; princípios; e, eixos norteadores	369
4.	Conhecimentos da prática de ensino: processo e conteúdo de ensino-aprendizagem; organização do tempo e do espaço; atividadesconhecimento.....	369
5.	Avaliação e cotidiano escolar; e, projetos de trabalho	370
6.	Interdisciplinaridade	370
7.	Tendências pedagógicas.....	370
8.	Estratégias metodológicas; e, indicadores para a ação pedagógica em diferentes contextos educativos.....	372
9.	Currículo e cultura: elementos da cultura escolar (saber escolar; método didácticofundamento das relações coletivas; e, trabalho docente)	375
10.	Direito à educação: legislação educacional brasileira	375
11.	Profissão docente: centralidade na educação	375
12.	Infância e práticas cotidianas: contribuição da psicologia; sociologia; e, antropologia	376
13.	Socialização; interação; múltiplas linguagens; e, práticas sociais de educação	381
14.	Concepções de ludicidade: jogo; brinquedo; brincadeira; interações	391
15.	Linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança	397
16.	Desenvolvimento da escrita. audição e leitura; métodos, técnicas; habilidades; e, instrumentos	399
17.	Linguagem verbal e não verbal; aquisição da linguagem; relações entre escrita e oralidade. A criança e a sociedade letrada.....	404
18.	Ferreiro e Teberosky: psicogênese da língua escrita e suas hipóteses; construção da escrita	406
19.	Educação matemática. Etnomatemática.....	406
20.	Ética profissional	407

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor comprehenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e comprehensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.



AMOSTRA

• Objetivos da leitura: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma



MATEMÁTICA APLICADA

NÚMEROS E OPERAÇÕES: CÁLCULO ARITMÉTICO, PORCENTAGENS, ACRÉSCIMOS E DESCONTOS

As operações básicas da matemática são a fundação sobre a qual todo o conhecimento matemático é construído. Elas formam a base dos cálculos e são essenciais para a compreensão de conceitos mais avançados. A seguir, abordaremos as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação, explorando suas definições e propriedades.

Adição (+)

A adição é a operação que determina um número para representar a junção de quantidades.

Exemplo: $2 + 3 = 5$

Os números 2 e 3 são chamados de parcelas, e o número 5 é a soma.

Propriedades da Adição:

► **Propriedade Comutativa:** A ordem dos números não altera o resultado.

$$a + b = b + a$$

$$\text{Exemplo: } 1 + 2 = 2 + 1$$

► **Propriedade Associativa:** A maneira como os números são agrupados não altera o resultado.

$$(a + b) + c = a + (b + c)$$

$$\text{Exemplo: } (1 + 2) + 3 = 1 + (2 + 3)$$

► **Elemento Neutro:** O zero é o elemento neutro da adição, pois qualquer número somado a zero resulta no próprio número.

$$a + 0 = a = 0 + a$$

$$\text{Exemplo: } 0 + 3 = 3$$

► **Fechamento:** A soma de dois números naturais é sempre um número natural.

$a + b$ é um número natural

Subtração (-)

A subtração é a operação que determina um número para representar a diminuição de quantidades.

Exemplo: $5 - 4 = 1$

Propriedades da Subtração:

► **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o resultado.

$$a - b \neq b - a$$

$$\text{Exemplo: } 5 - 2 \neq 2 - 5$$

► **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o resultado.

$$(a - b) - c \neq a - (b - c)$$

$$\text{Exemplo: } (6 - 4) - 1 \neq 6 - (4 - 1)$$

► **Elemento Oposto:** Para cada número a , existe um número $-a$ tal que sua soma seja zero.

$$a + (-a) = 0$$

► **Fechamento:** A diferença de dois números naturais só é possível quando o minuendo é maior ou igual ao subtraendo.

$a - b$ é um número natural se $a \geq b$

Multiplicação (x)

A multiplicação é a operação que determina a soma de parcelas iguais. Pode ser indicada por “ \times ”, “ \cdot ” ou “ $*$ ”.

Exemplo: $4 \times 5 = 20$

Propriedades da Multiplicação:

► **Propriedade Comutativa:** A ordem dos fatores não altera o produto.

$$a \times b = b \times a$$

$$\text{Exemplo: } 2 \times 7 = 7 \times 2$$

► **Propriedade Associativa:** A maneira como os fatores são agrupados não altera o produto.

$$(a \times b) \times c = a \times (b \times c)$$

$$\text{Exemplo: } (3 \times 5) \times 2 = 3 \times (5 \times 2)$$



AMOSTRA

- ▶ **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por um resulta no próprio número.

$$a \times 1 = a = 1 \times a$$

Exemplo: $1 \times 4 = 4$

- ▶ **Elemento Absorvente:** O número zero é o elemento absorvente da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por zero resulta em zero.

$$a \times 0 = 0 = 0 \times a$$

- ▶ **Distributiva:** A multiplicação é distributiva em relação à adição.

$$a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$$

$$\text{Exemplo: } 2 \times (4 + 6) = 2 \times 4 + 2 \times 6$$

- ▶ **Fechamento:** O produto de dois números naturais é sempre um número natural.

$a \times b$ é um número natural

Divisão (\div)

A divisão é a operação inversa da multiplicação e está ligada à ação de repartir em partes iguais. Pode ser indicada por “ \div ”, “ $:$ ” ou “ $/$ ”.

$$\text{Exemplo: } 8 \div 4 = 2$$

Tipos de Divisão:

- ▶ **Divisão Exata:** O quociente é um número inteiro, e o resto é zero.

$$\text{Exemplo: } 8 \div 4 = 2$$

- ▶ **Divisão não-exata:** O quociente não é um número inteiro, e o resto é diferente de zero.

$$\text{Exemplo: } 9 \div 4 = 2 \text{ com resto } 1$$

Propriedades da Divisão:

- ▶ **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o quociente.

$$a \div b \neq b \div a$$

$$\text{Exemplo: } 15 \div 5 \neq 5 \div 15$$

- ▶ **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o quociente.

$$(a \div b) \div c \neq a \div (b \div c)$$

$$\text{Exemplo: } (12 \div 6) \div 2 \neq 12 \div (6 \div 2)$$

- ▶ **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da divisão, pois qualquer número dividido por um resulta no próprio número.

$$a \div 1 = a$$

$$\text{Exemplo: } 3 \div 1 = 3$$

- ▶ **Divisão por Zero:** Não é definida, pois não há número que multiplicado por zero resulte em um número diferente de zero.

$$a \div 0 \text{ é indefinido}$$

- ▶ **Fechamento:** A divisão de dois números naturais pode não ser um número natural.

$$5 \div 3 \notin \mathbb{N}$$

Potenciação (^)

A potenciação é a operação de elevar um número a uma potência, representando multiplicações repetidas de um mesmo número.

$$\text{Exemplo: } 2^3 = 2 \times 2 \times 2 = 8$$

Propriedades da Potenciação:

- ▶ **Propriedade de potências de mesma base:** A ordem dos expoentes não altera o resultado quando a base é a mesma.

$$a^m \times a^n = a^{m+n}$$

$$\text{Exemplo: } 2^3 \times 2^2 = 2^{3+2} = 2^5 = 32$$

- ▶ **Propriedade Distributiva sobre a Multiplicação:** A potenciação é distributiva sobre a multiplicação.

$$(a \times b)^n = a^n \times b^n$$

$$\text{Exemplo: } (2 \times 3)^2 = 2^2 \times 3^2 = 4 \times 9 = 36$$

- ▶ **Elemento Neutro:** Qualquer número elevado à potência zero é igual a um.

$$a^0 = 1$$

$$\text{Exemplo: } 5^0 = 1$$

- ▶ **Potenciação de Um:** O número 1 elevado a qualquer potência é igual a um.

$$1^n = 1$$

$$\text{Exemplo: } 1^8 = 1$$

- ▶ **Potência de Potência:** Multiplica-se os expoentes.

$$(a^m)^n = a^{m \times n}$$

$$\text{Exemplo: } (2^3)^2 = 2^{3 \times 2} = 2^6 = 64$$



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VIANA/ES

LEI Nº 1/1990, DE 03 DE ABRIL DE 1990

Nós, os legítimos representantes do povo vianense, reunidos sob a proteção de DEUS em Câmara Municipal Constituinte, imbuídos do espírito de consolidação dos ideais de toda a nossa gente rumo a uma sociedade mais justa e participativa, respeitados os direitos individuais, sociais e coletivos, objetivando a construção de um governo municipal democrático pelo respeito à justiça e à igualdade e ao bem-estar de todos, promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VIANA.

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE VIANA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Viana integra, com autonomia política, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil e o Estado do Espírito Santo, nos termos das Constituições Federal e Estadual.

§ 1º - O Município de Viana organiza-se e rege-se por esta Lei Orgânica e as leis que adotar, observados os princípios da Constituição Federal.

§ 2º - A Lei Orgânica tem supremacia sobre as leis e demais atos normativos municipais.

§ 3º - A Cidade de Viana é a sede do governo do Município.

§ 4º - O governo municipal é exercido pela câmara Vereadores e pelo Prefeito, de forma harmônica e independente.

Art. 2º - O território do Município de Viana tem os limites que lhes são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterado senão nos casos previstos em lei complementar estadual específica.

Art. 3º - São símbolos do Município de Viana a bandeira, as armas e o hino adotados na data da promulgação desta Lei Orgânica, além de outros que a lei venha a estabelecer.

Art. 4º - O Município assegurará nos termos da lei, o caráter democrático na formulação e execução das políticas públicas em seu território, com a participação da coletividade, como também facultará o permanente controle popular da legalidade e da moralidade dos atos do Poder Público.

Parágrafo único - O Município, além de outras formas de participação popular previstas nesta lei, assegurará a participação na administração pública, de órgãos colegiados e associações civis.

Art. 5º - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e mediante plebiscito, referendo, pela iniciativa popular no processo legislativo, pela participação popular nas decisões e na fiscalização dos atos e contas da administração municipal.

Art. 6º - O Município garantirá pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados nas Constituições Federal e Estadual além dos constantes nos tratados e convenções internacionais firmadas pela República federativa do Brasil.

Parágrafo único - As omissões dos agentes do Poder Público Municipal que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais do cidadão e das autoridades serão sanadas na esfera administrativa, sob pena de responsabilidade da autoridade competente, no prazo de trinta dias, apos requerimento do interessado.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 7º - Ao Município de Viana compete prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;

II - instituir e arrecadar tributos, fixar e cobrar preços e tarifas;

III - dispor sobre a organização e a execução de seus serviços públicos;

IV - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

V - dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens;

VI - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou ainda por interesse social;

VII - dispor sobre concessão e permissão para a exploração de serviços públicos locais;

VIII - elaborar o seu plano de desenvolvimento integrado;

IX - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

X - estabelecer servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

XI - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:

a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

b) fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos e de táxis e fixar as respectivas tarifas;

AMOSTRA

- d) fixar e sinalizar os limites das “zonas de silêncio” e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- XII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
- XIII - prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;
- XIV - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;
- XV - prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituições congêneres;
- XVI - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;
- XVII – regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;
- XVIII - dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- XIX - estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;
- XX - incentivar nas escolas e postos de saúde municipais, campanhas anuais de orientação e prevenção contra doenças e combate às drogas, fumo e álcool;
- XXI - integrar consórcio com outros Municípios para solução de problemas comuns.
- Art. 8º - Ao Município compete em conjunto com a União e com o Estado:
- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia da pessoa portadora de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso a cultura, a educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor turístico;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar a concessão de direitos de pesquisas e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;
- XII - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- XIII - conceder licença, autorização ou permissão e respectiva renovação ou prorrogação para exploração de portos de areia, desde que apresentados, previamente, pelo interessado, laudos ou pareceres do órgão responsável pelo meio ambiente;
- XIV - fazer cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética e e outras de interesse da coletividade;
- XV - fiscalizar nos locais de venda direta ao consumidor as condições sanitárias dos gêneros alimentícios;
- XVI - estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.
- Art. 9º - O Município instituirá, na forma da lei, guarda municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações de órgãos e entidades da sua administração direta e indireta.
- Parágrafo único - Mediante convênio celebrado com o Estado, através do órgão competente, a polícia militar poderá dar instruções e orientação à guarda municipal, visando a um melhor desempenho na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

SEÇÃO III DOS DISTRITOS

Art. 10 - O território do Município de Viana é dividido em distritos por lei municipal, observado o estabelecido em lei estadual.

Parágrafo único - O distrito é designado pelo nome da respectiva sede, que tem categoria de vila.

Art. 11 - A lei que criar novo distrito definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes geográficos.

Art. 12 - A lei organizará os distritos, descentralizando neles as atividades do governo municipal.

SEÇÃO IV DA DEFENSORIA DO PVO

Art. 13 - A Defensoria do Povo é órgão público dotado de autonomia administrativa e financeira e com funções de controle da administração pública, e suas atribuições, organização e funcionamento serão definidos em lei.

Art. 14 - Na sua primeira sessão ordinária da legislatura, a câmara Municipal elegerá, por dois terços de seus membros, para um mandato de quatro anos, o Defensor do Povo, dentre cidadãos de reputação ilibada, com mais de trinta anos de idade, residente no Município há mais de dez anos, não integrante de nenhum dos Poderes locais, com funções de controle da administração pública e defesa dos municípios contra ilegalidades e abuso de poder.

§ 1º - O Defensor do Povo terá prerrogativas e impedimentos de Vereador.

§ 2º - O Defensor do Povo terá as seguintes atribuições, entre outras previstas em lei municipal:



CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS, SEUS FINS E PAPEL NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empíricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdien e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, consequentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estreitamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcursos.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



AMOSTRA



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

- **Produtos de Aprendizagem**

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideraremos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-pedagógicos.

Bons estudos!

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-pedagógicos.

Bons estudos!

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA: CONCEPÇÃO; PRINCÍPIOS; E, EIXOS NORTEADORES

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-pedagógicos.

Bons estudos!

CONHECIMENTOS DA PRÁTICA DE ENSINO: PROCESSO E CONTEÚDO DE ENSINO-APRENDIZAGEM; ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO; ATIVIDADES CONHECIMENTO

A prática pedagógica na educação infantil é um campo complexo, dinâmico e profundamente interligado à compreensão da criança como sujeito ativo na construção do conhecimento. Os conhecimentos que orientam essa prática envolvem uma articulação entre teoria e prática, entre intencionalidade pedagógica e escuta sensível, entre planejamento e acolhimento da cultura infantil. Ensinar na educação infantil não é apenas transmitir conteúdos, mas promover experiências significativas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

Processo de ensino-aprendizagem na educação infantil

O processo de ensino-aprendizagem na educação infantil é dialógico, interativo e construído a partir das experiências vividas pelas crianças no cotidiano da instituição. Nessa etapa, o ensino não se confunde com a escolarização precoce, nem com a simples transmissão de conteúdos. Em vez disso, trata-se de criar situações que favoreçam o desenvolvimento das múltiplas linguagens infantis, por meio da mediação do adulto, do brincar, da curiosidade, da observação, da escuta e da investigação.

Aprender, para a criança pequena, é explorar o mundo com o corpo, com os sentidos e com a imaginação. O professor atua como alguém que potencializa essas aprendizagens ao propor

desafios, organizar o ambiente, observar os interesses das crianças e ajudá-las a estabelecer relações entre o que já sabem e o que podem descobrir.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta que o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil deve garantir os seguintes direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos se concretizam por meio de práticas pedagógicas que respeitam o ritmo de cada criança, valorizam suas expressões e promovem sua autonomia.

A aprendizagem ocorre em contextos de interação – com adultos, com outras crianças, com o ambiente e com os objetos. Por isso, o papel do professor é organizar essas interações de forma intencional e acolhedora, sempre atento aos múltiplos modos de expressão infantil: gestos, palavras, desenhos, movimentos, brincadeiras, etc.

Conteúdos na educação infantil: o que ensinar?

Ao contrário do que ocorre em outras etapas da educação básica, a educação infantil não trabalha com disciplinas escolares segmentadas. Em vez disso, a BNCC propõe uma organização curricular baseada em “campos de experiência”, que estruturam os conteúdos a partir das vivências das crianças e de suas formas de se relacionar com o mundo.

Os cinco campos de experiência definidos pela BNCC são:

1. O eu, o outro e o nós
2. Corpo, gestos e movimentos
3. Traços, sons, cores e formas
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Cada um desses campos engloba conteúdos relacionados ao desenvolvimento emocional, motor, estético, linguístico, cognitivo e social da criança. Os conteúdos não são estanques, mas integrados nas propostas pedagógicas de forma contextualizada e significativa.

O que se ensina na educação infantil são modos de estar no mundo, de se relacionar com o outro, de expressar ideias, de imaginar possibilidades, de construir hipóteses e de resolver problemas. Isso significa valorizar o conhecimento cultural, a ludicidade, a arte, a linguagem oral e escrita, a natureza e as experiências matemáticas como partes constitutivas do cotidiano pedagógico.

Assim, os conteúdos da educação infantil devem partir do universo infantil, de seus interesses e saberes prévios, promovendo a ampliação progressiva de repertórios culturais e cognitivos, sempre respeitando as especificidades da infância.

Organização do tempo e do espaço na prática pedagógica

Tempo e espaço são elementos centrais na organização da prática de ensino na educação infantil. Eles não são neutros ou apenas operacionais, mas carregam sentidos pedagógicos.



AMOSTRA

A forma como o professor organiza o tempo e o espaço impacta diretamente na qualidade das interações, nas oportunidades de aprendizagem e no bem-estar das crianças.

O tempo na educação infantil deve ser flexível, contínuo e respeitar os ritmos das crianças. Isso significa romper com a lógica fragmentada das aulas cronometradas e permitir uma vivência mais orgânica das rotinas. O cotidiano da instituição deve prever tempos para brincadeiras livres, propostas dirigidas, alimentação, descanso, higiene, rodas de conversa e momentos de transição – todos eles com intencionalidade educativa.

Já o espaço deve ser pensado como um “terceiro educador”, conforme a abordagem das escolas italianas de Reggio Emilia. Um espaço bem organizado, acessível, seguro e esteticamente acolhedor estimula a curiosidade, favorece a autonomia e promove o protagonismo infantil. Os ambientes devem ser planejados de forma a permitir múltiplas experiências: canto de leitura, ateliês de arte, áreas para jogos simbólicos, espaços ao ar livre, entre outros.

A organização espaço-temporal deve também considerar a diversidade e a inclusão. Crianças com deficiência ou com necessidades específicas devem ter seus direitos assegurados por meio da adaptação dos ambientes e do respeito aos seus modos de interação e aprendizagem.

Atividades pedagógicas como mediação do conhecimento

As atividades pedagógicas na educação infantil não são tarefas prontas ou repetitivas, mas propostas que emergem das observações do professor sobre os interesses, necessidades e potencialidades das crianças. Elas devem mediar a construção do conhecimento, estimular a criatividade e possibilitar a ampliação das experiências.

As atividades podem assumir diferentes formas: brincadeiras dirigidas ou livres, rodas de conversa, contação de histórias, jogos simbólicos, exploração de materiais naturais e recicláveis, experiências com água, terra, luz e sombra, atividades artísticas, entre outras. O importante é que elas sejam planejadas com intencionalidade pedagógica, com clareza dos objetivos de aprendizagem e abram espaço para a participação ativa das crianças.

A escuta atenta do professor é essencial para avaliar o que mobiliza o grupo, o que precisa ser retomado, aprofundado ou ressignificado. Atividades que valorizam a cultura local, os saberes das famílias, as festas populares e os projetos interdisciplinares enriquecem o cotidiano pedagógico e conectam a escola ao mundo da criança.

Também é fundamental considerar o valor da repetição com variação. Crianças pequenas aprendem por meio da repetição, mas isso não significa estagnação. O professor pode manter a mesma proposta, alterando materiais, contextos ou objetivos, promovendo aprofundamentos e novos olhares.

Conhecimento na infância: construção ativa e contextualizada

A construção do conhecimento na infância não é linear, mecânica ou apenas resultado de exposição a conteúdos. Ela se dá de forma ativa, contextualizada e mediada por experiências concretas. A criança é vista como sujeito epistêmico, ou seja, capaz de formular hipóteses, testar ideias, construir significados e produzir cultura.

Nessa perspectiva, o conhecimento não é um fim em si

mesmo, mas parte de um processo vivo de interação com o mundo. O professor, ao planejar sua prática, precisa ter clareza de que ensinar é propor situações em que as crianças possam agir, refletir, expressar-se e encontrar sentido no que fazem.

A pedagogia da escuta, defendida por autores como Rinaldi e Barbosa, propõe que o conhecimento emerge das relações entre sujeitos, e não apenas da imposição de verdades prontas. Escutar a criança significa reconhecer sua capacidade de construir saberes e de contribuir para o planejamento pedagógico.

A documentação pedagógica – registros escritos, fotos, vídeos, portfólios – é uma ferramenta fundamental para tornar visível o processo de aprendizagem. Ela permite que o professor reflita sobre sua prática, identifique avanços e dificuldades, e valorize o percurso de cada criança na construção do conhecimento.

AVALIAÇÃO E COTIDIANO ESCOLAR; E, PROJETOS DE TRABALHO

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-pedagógicos.

Bons estudos!

INTERDISCIPLINARIDADE

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-pedagógicos.

Bons estudos!

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

► Introdução

O momento político e cultural em que a sociedade se encontra, influencia diretamente nas tendências pedagógicas em face a atuação dos movimentos sociais e filosóficos. Nesse contexto, podemos dividir-las em duas linhas: Liberais e Progressistas.

As tendências pedagógicas liberais são aquelas que defendem que os indivíduos precisam se adaptar aos valores e às normas da sociedade, sendo a escola responsável por preparar o aluno para desempenhar papéis sociais. São tendências liberais a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Renovadora Progressista, a Renovadora Não Diretiva (Nova Escola) e a Tecnicista.

As tendências pedagógicas progressistas refletem criticamente a cerca das realidades sociais, sendo a educação responsável por possibilitar a compreensão dessas realidades, explicando o papel do sujeito na construção da sua realidade. Dentro do espectro progressista, consideramos as tendências libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

► Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional objetiva a transmissão dos padrões, normas e modelos dominantes. Os conteúdos escolares não levam em conta a realidade social dos alunos, assim como a capacidade cognitiva dos mesmos, sendo tratados como





GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

COM BASE NO EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2025

VIANA-ES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - ESPÍRITO SANTO

PROFESSOR PEB II
ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS INICIAIS

A photograph of a spiral-bound notebook with several colored pencils resting on it is visible on the right side of the book cover.

• Língua Portuguesa
• Matemática Aplicada
• Legislação Municipal
• Conhecimentos Gerais